AUTORIDADE DA **CONCORRÊNCIA**

- CEJ 24 de janeiro de 2013
- Paulo Sousa Mendes



ÍNDICE

- Introdução
- Caraterização dos Poderes da AdC:
 - a. Poderes sancionatórios;
 - b. Poderes de supervisão;
 - c. Poderes de regulamentação.
- Cooperação com Entidades Reguladoras Sectoriais.



Poderes da AdC:

Artigo 7.º dos Estatutos da AdC

- Poderes sancionatórios: Práticas Restritivas da Concorrência;
- Poderes de supervisão: Concentrações de Empresas; Estudos de Mercado e Inquéritos Sectoriais; Inspeções e Auditorias;
- Poderes de regulamentação: Regulamentos; Recomendações; Códigos de Conduta para as Empresas ou Associações de Empresas.



Poderes sancionatórios:

- Investigar as Práticas Restritivas da Concorrência:
 - Instruir os respetivos processos e
 - Decidir sobre eles, adotando as:
- Medidas cautelares;
- Medidas adequadas a fazer cessar as infrações;
- Sanções pecuniárias coimas até 10% do volume de negócios das empresas envolvidas;
- Sanções pecuniárias compulsórias até 5% da média diária do volume de negócios das empresas envolvidas; e
- Sanções acessórias.



Poderes de supervisão

- Análise das Operações de Concentração de Empresas;
- Realização de Estudos e Acompanhamento dos Mercados;

Realização de Inquéritos e Auditorias.



Poderes de supervisão

Estudos realizados

- Estudos sobre o sector da energia (Construção do Mercado Europeu da Energia);
- Estudo sobre as relações verticais na distribuição;
- Estudo sobre a distribuição dos combustíveis
- Estudo sobre o sector das farmácias;
- Estudo sobre a privatização do Notariado;
- Estudo sobre os cartões de pagamento (crédito e débito);
- Estudos sobre as telecomunicações (telefonia móvel; redes alternativas de telecomunicações; comparação de níveis de preços e margens dos serviços);



Poderes de supervisão

Estudos realizados

- Estudo sobre a adjudicação/realização de obras públicas;
- Estudo sobre a mobilidade no sector da banca a retalho em Portugal;
- Estudo sobre a liberalização do sector postal;
- Estudo sobre o impacto da introdução dos painéis de preços dos combustíveis nas autoestradas;
- Estudo sobre o sector da cortiça em Portugal.



Poderes de regulamentação

- Competência consultiva: emissão de Pareceres sobre normas vigentes ou projetos legislativos, por iniciativa própria ou a pedido do Governo;
- Adoção de Recomendações dirigidas ao Governo;
- Adoção de Regulamentos (obrigatoriedade de consulta pública) http://www.concorrencia.pt/vPT/A_AdC/legislacao/Paginas/Legislacao.aspx
- Homologação de Códigos de Conduta submetidos por empresas e associações empresariais (auto-regulação – programas de "compliance").



Cooperação com Entidades Reguladoras Sectoriais

- No quadro dos processos de contraordenação PRC (artigo 35.º Lei n.º 19/2012)
 e dos procedimentos administrativos de concentrações (artigo 55. Lei n.º 19/2012);
- Relacionamento enquadrado por Protocolos de Cooperação: v. com o <u>ICP-ANACOM</u> (2003). Os sectores das telecomunicações e da energia têm suscitado contactos mais frequentes.
- Nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2003 vêm elencados, a título meramente exemplificativo, os Reguladores Sectoriais.



MUITO OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

http://www.concorrencia.pt

adc@concorrencia.pt